

19 MAR 2014

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

I SEMANA NACIONAL DO JÚRI

TJPR julgará o maior número de casos entre os tribunais do país

A cerimônia de abertura da 1ª Semana Nacional do Júri foi realizada na segunda-feira (17) antes do início dos julgamentos e contou com a participação do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJPR). A iniciativa está prevista na Recomendação nº 47 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que orienta os tribunais de todo o Brasil a realizar, no mínimo, uma sessão do Júri por dia durante a Semana. Entre os Tribunais considerados de grande porte o TJPR foi o que mais pautou julgamentos para a Semana.

No Paraná estão pautados 246 processos em 57 Comarcas. Na Capital serão, ao todo, 20 julgamentos. Segundo o juiz diretor do Tribunal do Júri, Daniel Ribeiro Surdi de Avelar, os júris serão realizados simultaneamente no Tribunal do Júri, no Palácio das Araucárias e na Escola da Magistratura. "Serão quatro júris diários dando vazão e cumprindo de forma célere as matérias determinadas pelo Conselho Nacional de Justiça".

A medida deverá contribuir para o alcance da Meta 4 da Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (Enasp), que prevê o julgamento, até outubro de 2014, de todas as ações penais de homicídios dolosos (aqueles onde há intenção de matar) que tenham recebido denúncia até 31 de dezembro de 2009.

Após a abertura da semana, iniciaram os julgamentos previstos em pauta. O julgamento realizado no Tribunal do Júri foi presidido pelo juiz Leonardo Bechara Stancioli. Trata-se de um homicídio qualificado, por motivo fútil, previsto no artigo 121, §2º, inciso II, do Código Penal. Segundo o magistrado, em que pese a gravidade do crime, não é o mais comum.

19 MAR 2014

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Ministro rejeita recurso e permite realização de exames em adolescente

O ministro Ricardo Lewandowski rejeitou recurso extraordinário (RE 799316) apresentado pela União, para autorizar “a realização do exame PET-CT em menor com 16 anos de idade quantas vezes forem necessárias para se detectar metástase e outros tumores malignos”. Em sua decisão, o ministro ressaltou que “o direito à saúde é responsabilidade solidária da União, Estados e Municípios”.

Ao negar o recurso, Lewandowski citou precedente do ministro Celso de Mello, no qual o Tribunal entendeu que “o Poder Público, qualquer que seja a esfera institucional de sua atuação no plano da organização federativa brasileira, não pode se mostrar indiferente ao problema da saúde da população, sob pena de incidir, ainda que por censurável omissão, em grave comportamento inconstitucional”.

“Seguindo esse raciocínio, a jurisprudência desta Corte firmou-se no sentido de que é solidária a obrigação dos entes da Federação em promover os atos indispensáveis à concretização do direito à saúde, tais como, na hipótese em análise, a realização de exame pelo recorrido, paciente destituído de recursos materiais para arcar com o próprio tratamento”, finalizou Lewandowski.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Banco do Brasil pagará R\$ 130 mil de indenização a vítima de sequestro

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) reconheceu a responsabilidade civil do Banco do Brasil (BB) pelos prejuízos sofridos por vítima de extorsão mediante sequestro.

A quantia exigida para o resgate, R\$ 90 mil, foi liberada, sem as devidas cautelas, para integrante da quadrilha. No entendimento dos ministros, esse fato configurou defeito na prestação do serviço bancário.

O crime aconteceu em maio de 1999, em Apucarana (PR).

Após ter sido ameaçada de morte, a vítima recorreu ao seu irmão, que sacou o dinheiro na boca do caixa em Maringá sem nenhuma dificuldade, e depositou o valor numa conta corrente do BB em São Luís (MA).

Quando a Polícia Civil do Paraná conseguiu libertar o refém e prender os envolvidos, no mesmo dia do caso, a quantia depositada já havia sido integralmente sacada pelos criminosos. Isso aconteceu poucas horas após o depósito ter sido feito.

19 MAR 2014

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TRF4 determina que operadora instale telefonia na região rural de Santa Cataina

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) negou, na última semana, recurso da empresa de telefonia Oi e manteve decisão judicial que determina a implantação, pela concessionária, de rede de telefonia na localidade de Dona Clara, região rural do município de Timbó (SC).

A ação civil pública foi ajuizada em 2010 pelo Ministério Público Federal após os moradores reclamarem da ausência de telefones na localidade e da impossibilidade de instalação de telefones fixos individuais.

Em primeira instância o pedido foi negado, levando o MPF a recorrer no tribunal. A 3ª Turma, por maioria, de-

terminou à Oi que instalasse a rede. Como a decisão não foi unânime, a concessionária pôde ajuizar um novo recurso, dessa vez junto à 2ª Seção da corte, formada pelas 3ª e 4ª Turmas, especializadas em Direito Administrativo.

A relatora do processo, desembargadora federal Vivian Josete Pantaleão Caminha, entretanto, manteve a decisão da 3ª Turma. Para ela, a meta de ampliação do serviço de telefonia em localidades com número de habitantes superior a 300, com base em critério de adjacência máxima entre cada residência (50 metros) não está previsto em lei, conforme alega a Oi.

Empresa pagará indenização à vítima de descarga elétrica

A 10ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (TRT/RJ) condenou a empresa Lessa e Faulstich Engenharia e Comércio Ltda. ao pagamento de R\$ 900 mil de indenizações por dano estético, moral e material, entre outras verbas, a um eletricista que sofreu descarga elétrica de 12 mil volts.

O acidente de trabalho, ocorrido em fevereiro de 2010, causou queimaduras de primeiro, segun-

do e terceiro graus, sequelas funcionais nos membros superiores, principalmente nas mãos, perda de movimentos dos dedos, além do comprometimento da força de preensão e de habilidades manuais, conforme atestado em laudo pericial.

Em 1ª instância, os pedidos foram julgados procedentes em parte. A Votorantim, então, celebrou acordo com o autor, no valor total de R\$ 450 mil.

TRE-PR não reconhece infidelidade partidária de vereador de Curitiba

A Corte do TRE-PR, nesta segunda-feira (17), por unanimidade, julgou improcedente o pedido formulado por Partido Popular Socialista – PPS em face do Partido Solidariedade – SDD para afastar a cassação por infidelidade partidária do vereador de Curitiba, José Maria Alves Pereira, diante da comprovação da justa causa para a desfiliação partidária, nos termos do artigo 1º, § 1º, II, da Resolução TSE 22.610/2007.

Para relatora, Drª. Renata Estorilho Baganha, “a criação do partido constitui justa causa para desfiliação, de detentor de mandato eletivo, da legenda pela qual foi eleito” para a configuração da justa causa.

19 MAR 2014

GAZETA DO POVO

CARCERAGENS

Judiciário do Paraná dará mais agilidade à transferência de presos

Após encontro com membros do Sindicato dos Agentes Penitenciários do Paraná (Sindarspen), o juiz da 1ª Vara de Execuções Penais, Eduardo Lino Bueno Fagundes Junior, se comprometeu a acelerar a análise dos pedidos de transferência de presos. Segundo ele, o Departamento Penitenciário do Paraná está fazendo um levantamento sobre os detentos que podem ser transferidos. "Vamos providenciar as autorizações a partir do levantamento". Nos últimos três meses, 16 agentes foram feitos reféns no estado e serviram de moeda de troca para transferências.

19 MAR 2014

GAZETA DO POVO

NOTA POLITICA

Senado aprova Néfi

Os senadores aprovaram ontem a indicação do desembargador paranaense Néfi Cordeiro, do Tribunal Regional Federal da 4.ª Região, para integrar o Superior Tribunal de Justiça (STJ). A aprovação pelo plenário do Senado é a última etapa no processo de escolha de ministros do STJ, antes da nomeação pela Presidência da República. Néfi teve 60 votos a favor e cinco contrários.

19 MAR 2014

GAZETA DO POVO

Reeleito, Giacoia diz que ajuste na remuneração do MP é necessário

Procurador-geral, que ficará por mais dois anos à frente do Ministério Público Estadual, diz que salário é importante para atrair bons quadros

Taiana Bubniak

O procurador Gilberto Giacoia foi reeleito ontem para o cargo de procurador-geral de Justiça do Paraná. Candidato único, Giacoia comandará o Ministério Público Estadual (MP) por mais dois anos. Ele recebeu 527 votos dos 617 membros do MP que votaram. Foram 65 votos brancos e 25 nulos.

Um dos assuntos mais polêmicos que Giacoia deve encarar no novo mandato é a possibilidade de concessão do auxílio-moradia aos promotores de Justiça paranaenses, que pode ser incorporado ao salário desses servidores. Um projeto do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) que prevê o pagamento do benefício aos juízes foi aprovado pela Assembleia Legislativa em fevereiro. Os promotores devem buscar que o acréscimo seja estendido ao MP-PR, como uma espécie de reposição diante do acúmulo de perdas salariais.

Embora não haja previsão de pagamento desse auxílio, Giacoia diz que esse tipo de ajuste é necessário para não colocar a independência do trabalho do promotor em risco. “Não faremos nenhum tipo de implementação que não atenda os parâmetros constitucionais. Além disso, não podemos perder a capacidade de atrair os melhores quadros para a instituição e isso passa também pela remuneração”, comenta o procurador.

Planos

Como responsável pela gestão do Ministério Público do Paraná pelos próximos dois anos, Giacoia diz que vai tentar manter projetos que conduz atualmente e pretende melhorar a estrutura física para o trabalho das promotorias. Um dos planos, segundo ele, é o fortalecimento do Centro de Apoio à Execução (Caex), que deverá atuar em investigações pontuais e mais extensas, a fim de não engessar o trabalho cotidiano das promotorias.

O procurador afirma que também pretende ampliar os Centros de Atendimento do Ministério Público — que já existem em algumas cidades do estado. Nesses locais, há promotores que atendem diretamente a população. “Embora a demanda

nem sempre possa ser resolvida pelo Ministério Público, é mais uma forma de se aproximar da sociedade e ouvi-la”, diz.

“Não faremos nenhum tipo de implementação que não atenda os parâmetros constitucionais. Além disso, não podemos perder a capacidade de atrair os melhores quadros para a instituição e isso passa também pela remuneração.”

Gilberto Giacoia, procurador-geral de Justiça.

19 MAR 2014

GAZETA DO POVO

Justiça bloqueia bens de ex-prefeito de Colombo

Liminar contra José Antonio Camargo foi pedida pelo Ministério Público, que investiga direcionamento em licitação da prefeitura

A Justiça de Colombo, na Região Metropolitana de Curitiba, concedeu uma liminar que decreta a indisponibilidade de bens, até o valor de R\$ 2,72 milhões, do ex-prefeito da cidade entre 2009 e 2012, José Antonio Camargo (PSC), e da editora de livros pedagógicos Sistema Educacional Família e Escola Ltda (Sefe) — antiga Base Editora e Gerenciamento Pedagógico Ltda. A decisão atende a pedido do Ministério Público (MP) em ação civil pública por ato de improbidade administrativa. Camargó é o atual diretor presidente da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (Comec).

De acordo com o promotor de Justiça Paulo Conforto, em 2004, a Promotoria de Justiça de Proteção ao Patrimônio Público de Curitiba recebeu comunicação anônima de um suposto direcionamento em licitações para materiais educativos que estavam

acontecendo em vários municípios do Paraná. Diante disso, o MP iniciou uma investigação e constatou a ocorrência do direcionamento no município de Colombo.

O esquema fraudulento, segundo o MP, começava com a publicação de um edital, feito para beneficiar o Sefe. Eventuais empresas concorrentes eram desclassificadas na análise prévia do material, feita pela Secretaria de Educação do município, e a Base Editora vencia o certame, segundo a investigação.

Na ação, o MP pede o ressarcimento dos valores aos cofres públicos. A promotória requer ainda que o ex-prefeito tenha seus direitos políticos suspensos por até oito anos e que o SEFE seja impedido de contratar com o poder público por cinco anos.

Outro lado

Procurado pela reportagem da Gazeta do Povo, José Antonio Camargo afirmou por meio de sua assessoria de imprensa que ainda não foi notificado da decisão. No entanto, afirmou que, assim que receber alguma notificação, irá se pronunciar em sua defesa.

Segundo o advogado da editora Sefe — que não quis ser identificado na matéria

—, o Sistema Educacional Família e Escola não foi citado no processo judicial e a ação se relaciona a um assunto que aconteceu há dez anos. No entanto, informou que assim que a empresa receber a notificação, recorrerá da decisão.

Colaborou Bruna Covacci, especial para a Gazeta do Povo.

José Antonio Camargo foi prefeito de Colombo entre 2009 e 2012.

19 MAR 2014

GAZETA DO POVO

» PROCURADORIA

Richa troca comando da PGE pela quarta vez

O governador do Paraná, Beto Richa (PSDB), trocou novamente o procurador-geral do estado. Ubirajara Gasparin foi nomeado nesta segunda-feira para a função. Ele substituiu Marisa Zandonai e se torna o terceiro ocupante do cargo nos últimos 5 meses. A informação da troca foi confirmada pela assessoria de imprensa do governo.

Funcionários da Procuradoria-Geral do Estado (PGE) e a própria assessoria informaram que Gasparin já trabalhava no novo posto na manhã de ontem. A PGE é um órgão que funciona como uma espécie de "advocacia do estado", sendo responsável pela representação judicial e consultoria jurídica do governo estadual.

O gabinete do governador Beto Richa informou que a motivação da mudança na procuradoria foi uma questão interna do governo, que não será detalhada. A troca teria ocorrido por uma "necessidade administrativa" que teria sido identificada pelo governador. Na versão do governo, tudo teria ocorrido "de maneira tranquila" e Richa sempre teria elogiado o trabalho de Marisa Zandonai.

Gasparin é o quinto ocupante do cargo de procurador-geral do estado desde o início do governo de Richa, em janeiro de 2011. O primeiro ocupante da função foi Ivan Bonilha, antigo colaborador de Richa que hoje é conselheiro do Tribunal de Contas do Estado.

Depois, o posto ficou com Júlio César Zem. A terceira no cargo foi Jozélia Nogueira, que deixou a PGE para ser nomeada secretária de Fazenda - função que ocupou até a semana passada. Marisa Zandonai foi a quarta procuradora-geral.

JUSTIÇA

TJ-PR avalia nesta quinta recurso do caso Virgínia

O Tribunal de Justiça do Paraná vai analisar amanhã recurso do Ministério Público que pede o retorno à prisão da médica Virgínia Helena Soares de Souza. Para o MP, ela é líder de uma quadrilha que teria causado a morte de sete pacientes na UTI geral do Hospital Evangélico. Virgínia passou um mês presa em 2013. Ela foi solta em 20 de março daquele ano, por determinação de um juiz da 2ª Vara do Tribunal do Júri de Curitiba.



Aposentadorias 1

Sobre a matéria "Estados gastaram R\$ 100 milhões com ex-governadores em três anos" (*Gazeta*, 17/3), existe uma elite de funcionários públicos e políticos no Brasil afora, com altos salários, benefícios e gordas aposentadorias. Por isso se explica a falta de recursos para tantas áreas. Desse jeito não tem dinheiro que sobre. Daqui a pouco os altos impostos recolhidos vão ser só para bancar mordomias dessa elite que não produz mais nada.

David Falkoski

Aposentadorias 2

As aposentadorias pagas a ex-governadores afrontam a Constituição e a moralidade pública. São um verdadeiro caso de deboche contra a nação brasileira. Não há razão plausível para que a Justiça não tenha dado prioridade à ação ajuizada pela OAB para acabar com essa indecência. Isso transformou-se numa verdadeira capitania hereditária que passa de pai para filho, ou, melhor dizendo, de falecido para viúva, numa verdadeira pilhagem e desrespeito para com a justiça social.

Marcelo Rebinski, historiador

19 MAR 2014

GAZETA DO POVO

JUDICIÁRIO

STJ manda banco devolver tarifa cobrada sobre cheques acima de R\$ 5 mil

O Banrisul terá de devolver a correntistas uma taxa que cobrava para compensar cheques com valores acima de R\$ 5 mil, decidiu o Superior Tribunal de Justiça (STJ). Para a corte, não existe serviço extra que justifique a cobrança de taxa para a situação, que é a mesma para cheques abaixo ou acima desse valor. O relator do caso, Paulo de Tarso Sanseverino, citou ainda uma resolução do Banco Central que impede desde 2010 a cobrança de tarifas para prestação de serviços essenciais. A decisão foi similar a que o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS) tomou anteriormente, e da qual o Banrisul estava recorrendo. Via assessoria de imprensa, o banco informou que ainda não calculou o montante que deverá ser devolvido a clientes e ex-clientes.

TRAGÉDIA

Justiça julga na quinta libertação de acusados da morte de cinegrafista

O mérito do pedido de habeas corpus para Fábio Raposo e Caio Silva de Souza, acusados pela morte do cinegrafista da TV Bandeirantes Santiago Andrade, em janeiro deste ano, será julgado nesta quinta-feira, 20, pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Eles estão presos no Complexo Geriçinó, no Rio. A informação é do advogado Jonas Tadeu Nunes, defensor dos dois. Ele espera resultado diferente do julgamento da liminar negada no dia 25 de fevereiro. O advogado pediu também mudança na tipificação do crime, de dolosa para culposa. "No homicídio culposo a pessoa as-

sume o risco, mas a causa do homicídio foi negligência e imprudência, não pela vontade livre e consciente de produzir o resultado", explicou. O cinegrafista foi atingido na cabeça por um rojão aceso por Caio e Fábio, durante uma manifestação, no dia 6 de fevereiro, no Rio.

"No homicídio culposo a pessoa assume o risco, mas a causa do homicídio foi negligência e imprudência, não pela vontade livre e consciente de produzir o resultado."

Jonas Tadeu Nunes, advogado dos dois envolvidos.

Renan fala em votar redução da maioria penal em abril

O presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), disse ontem que pode pautar para abril a votação de uma proposta que reduz a maioria penal, em determinadas circunstâncias. O anúncio ocorre logo após Renan ter recebido em seu gabinete a visita de familiares de Yorrally Dias Ferreira. A jovem de 14 anos, moradora da periferia de Brasília, foi assassinada com um tiro na cabeça por um ex-namorado dois dias antes de ele completar 18 anos. No mês passado, a Comissão de Constituição e Justiça da Casa rejeitou uma proposta que permite a redução da maioria penal para 16 anos em algumas hipóteses. O líder do PSDB no Senado, Aloysio Nunes Ferreira (SP), conseguiu apoio para apresentar um recurso a fim de que o texto seja votado em plenário. Questionado se a proposta pode ir à votação, Renan respondeu: "Eu acho que sim, eu acho que sim, nós vamos conversar com os líderes e já assumimos o compromisso de pautar a matéria. É uma matéria complexa, mas será, sobretudo, a oportunidade para que cada um vote da maneira que entender que deva votar."

19 MAR 2014

GAZETA DO POVO

» LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Governo “cozinha” nova lei sobre protestos

Projeto conduzido pelo ministro da Justiça para conter as manifestações violentas pode sair só depois da Copa do Mundo

BRASÍLIA

André Gonçalves, correspondente

O governo federal decidiu realizar consultas informais com juristas, especialistas em Segurança Pública e líderes partidários antes de fechar o projeto de lei para coibir a violência em manifestações. O diálogo tem sido conduzido, desde sexta-feira, pelo ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo. A proposta vai abordar a criação de regras para o uso de máscaras em protestos, o agravamento de penas para atos de vandalismo e a proibição da apreensão de câmeras pela polícia.

A estratégia atrasou os planos iniciais do governo e pode fazer com que o texto não seja aprovado até o início da Copa do Mundo, dia 12 de junho.

Até ontem, Cardozo já havia conversado com advogados, representantes do PCdoB e da Secretaria-Geral da Presidência, órgão do governo que faz a interlocução com movimentos sociais. As ideias iniciais divulgadas sobre a regulamentação das manifestações provocaram reações até de setores do PT.

O medo é de “criminalização” de ações feitas por entidades como o Movimento Sem-Terra.

A assessoria do Ministério da Justiça informou que todas as alterações legais serão balizadas por dois incisos do artigo 5.º da Constituição. O 3.º diz que “é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato”. O 16.º estabelece que “todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização” e exige “prévio aviso à autoridade competente”.

Até agora, a principal polêmica é quanto ao uso de máscaras por manifestantes. Depois de estudar a proibição, o governo deve flexibilizar a proposta, apenas esclarecendo que a autoridade policial pode determinar que o manifestante se identifique, mas somente em casos com risco de violência.

“Quando a Constituição fala em vedação ao anonimato trata de outras situações, como quando alguém escreve um texto para difamar outra pessoa. A meu ver, o texto constitucional garante ao cidadão que se reúna pacificamente, mesmo mascarado”, avalia o juiz federal e professor de Processo Penal da UFPR, Sérgio Moro.

Em relação ao agravamento de penas, a proposta se choca com a última refor-

ma do Código Penal, de 2011, que proibiu a prisão preventiva para crimes considerados “leves”, com pena menor ou igual a quatro anos de prisão. A norma se encaixa nas penas para depredação de patrimônio privado (um a seis meses) e público (seis meses a três anos).

“Quem é apanhado depredando até vai para a delegacia para que seja lavrado o flagrante, mas não pode ficar preso. Há casos em que a lei aprovada em 2011 talvez tenha ido um pouco longe demais”, diz o magistrado.

CONTINUA

19 MAR 2014

GAZETA DO POVO

DISCUSSÃO

CONTINUAÇÃO

Conheça os principais temas que estão sendo debatidos no projeto de lei para coibir violência em manifestações que o governo federal quer enviar ao Congresso:

Mascarados

O governo desistiu da ideia de proibir o uso de máscaras. A proposta deve apenas garantir à polícia autoridade para determinar que o manifestante se identifique.

Vandalismo

O texto deve sugerir punições mais duras, acima de quatro anos de prisão, para casos de depredação de patrimônio. Atualmente, quem provoca danos à propriedade não pode ficar preso preventivamente.

Lesão corporal e homicídio

O agravamento de penas para crimes cometidos durante as manifestações também deve se estender para casos de lesão corporal e homicídio.

Fonte: Gazeta do Povo.

Armas

Durante as manifestações, o porte de armas ou objetos que possam ser utilizados como tal, como bastões, também deve ser considerado crime.

Máquinas fotográficas

O texto deve vedar expressamente que policiais tomem de jornalistas e manifestantes aparelhos como celulares, máquinas fotográficas e filmadoras usadas para registrar os protestos.

Abuso policial

Está em discussão a proibição total do uso de armas letais por policiais durante as manifestações. Também pode haver restrições para o uso de armas com balas de borracha.

Aviso prévio

A proposta deve estipular regras para o aviso prévio de realização das manifestações às autoridades. A exigência já está prevista na Constituição, mas não implica na necessidade de autorização.

OPINIÃO

ANDRÉ GONÇALVES,
colunista e correspondente
em Brasília.

Lei, para que te quero?

É batata. Para cada tragédia que gera comoção nacional há uma reação imediata em Brasília – alguém aparece com um projeto de lei milagroso que evitará que o problema se repita. Em fevereiro, o episódio da vez foi a morte do cinegrafista Santiago Andrade, atingido por um rojão quando cobria uma manifestação no Rio de Janeiro. O governo federal logo se apressou para dizer que estava formulando uma proposição para coibir violência nos protestos e enviou ao Congresso Nacional – que já tem 16 textos sobre o assunto em tramitação. Há mais de um mês repete-se que o texto vai ficar pronto “na semana que vem”. E nada. Como era de se esperar, a poeira do caso Santiago baixou. A ideia de proibir o uso de máscaras durante as manifestações, por exemplo, também foi perdendo força. Somada à crise com o PMDB, é difícil dizer que a aprovação sai até a Copa. Algumas mudanças na legislação parecem realmente fazer sentido. Mas será que isso vai impedir a violência? Já não existem leis sobre homicídio, dano ao patrimônio e desordem no país? Como sempre repete um dos maiores especialistas em Direito Penal do país, o paranaense René Dotti, uma lei nova bastaria para o Brasil: aquela que fizesse todas as outras serem cumpridas.

“Lava-Jato” apura fatos do mensalão

Desdobramentos da operação da Polícia Federal apontam que o dono da corretora Bônus Banval, Enivaldo Quadrado, é laranja do doleiro Alberto Youssef

Diego Ribeiro

! A operação “Lava-Jato”, da Polícia Federal (PF), que prendeu 24 pessoas em sete estados, na última segunda-feira, por crimes contra o sistema financeiro, deverá reacender fatos ligados ao mensalão — esquema ilegal de financiamento político usado para corromper parlamentares durante o primeiro mandato do ex-presidente Lula.

A investigação da PF pretende provar que Alberto Youssef era o principal proprietário da corretora Bônus Banval, e não Enivaldo Quadrado. A corretora foi responsável por diversas transações investigadas durante a apuração sobre os mensaleiros. Segundo a polícia, Quadrado é um “laranja” do doleiro. Os dois estão entre os presos na operação deflagrada na segunda-feira.

“[A investigação] provavelmente vai levar à constatação de que a Bônus era dele. O Youssef foi ouvido na CPI dos Correios e negou que tivesse qualquer relação com a corretora. Mas isso vai ser melhor esclarecido nos próximos dias e vai ficar bem claro que, na

verdade, não era isso. Que ele [Youssef] realmente movimentou recursos ligados ao grupo objeto da ação penal do caso do mensalão”, afirma o delegado regional da unidade de combate ao crime organizado no Paraná, Igor Romário de Paula. Ele e o delegado federal Márcio Anselmo são os responsáveis pela operação “Lava-Jato”.

Durante a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) dos Correios, em 2005, Youssef chegou a negar em depoimento que tinha ligações com a Bônus Banval. Ano passado, Quadrado, suposto proprietário da corretora, foi condenado por diversas operações realizadas pela empresa no julgamento do mensalão. O Ministério Público Federal (MPF) denunciou Quadrado, na época, por ter recebido R\$ 11 milhões do “valerioduto” para ser distribuído a parlamentares do Partido Progressista (PP).

“Ele [Enivaldo Quadrado] está sendo investigado por atuar como um laranja. É praticamente um laranja do Youssef. Muitas operações foram atribuídas a ele, proprietário da Bônus Banval, mas o responsável por elas era o Youssef”, diz o delegado.

Durante a tarde de ontem, a reportagem chegou a conversar com o advogado Antônio Sérgio Pitombo, que defendeu Quadrado no julgamento do mensalão. Até aquele momento, Pitombo não havia sido constituído como defensor de Quadrado. Quando do primeiro contato, a reporta-

gem ainda não tinha as informações sobre a relação com o caso do mensalão. Ao tentar conversar com Pitombo novamente, o celular do advogado já estava desligado. A reportagem também não conseguiu localizar o defensor de Youssef.

Entre os fatos investigados pela PF está o pagamento feito por Youssef ao ex-diretor de abastecimento da Petrobrás Paulo Roberto da Costa, em março de 2013. Segundo o delegado, Youssef deu uma caminhonete Land Rover ao ex-diretor. A PF investiga o motivo. “Que ele [Youssef] pagou para o Paulo, pagou. Naturalmente não é algo lícito, se não, não teria porque ser pago dessa forma”, diz o delegado. A reportagem tentou também, sem sucesso, localizar Costa.

“Muitas operações foram atribuídas a ele [Enivaldo Quadrado], proprietário da Bônus Banval, mas o responsável por elas era o [Alberto] Youssef.”

Igor Romário de Paula, delegado da Polícia Federal.

CONTINUA

19 MAR 2014

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

ANÁLISE

Caso coloca prática da delação premiada em xeque

A presença de figuras reincidentes durante as prisões da operação "Lava-Jato", deflagrada pela Polícia Federal (PF) na segunda-feira, coloca em dúvida a real necessidade de implementar acordos de delações premiadas com determinados suspeitos. Apesar de o instrumento ajudar em inúmeras investigações, no caso do doleiro Alberto Youssef, por exemplo, houve uma quebra do acordo, segundo o delegado-chefe da unidade regional de combate ao crime organizado da PF, Igor Romário de Paula. Além de Youssef, todos os outros doleiros presos também já haviam sido condenados por crimes contra o sistema financeiro.

"Mas havia um interesse da Justiça em chegar aos clientes deles. O acordo foi interme-

diado pelo Ministério Público Federal e homologado pela Justiça Federal. Havia interesse em saber quem eram os beneficiados", conta o delegado. Apesar disso, Romário explica que há contribuições relativas e, às vezes, mínimas, que podem não valer a pena. "Talvez a punição não tenha sido suficiente. A gente tem observado que os doleiros sempre voltam a atuar e se recompõem em algum tempo. O Youssef foi a mesma coisa. Ele teoricamente teria saído do mercado. Depois firmou acordos, foi ouvido centenas de vezes na PF, foi acompanhado por algum tempo, mas aparentemente tinha parado. Aí em um espaço de quase três anos, se detectou que ele voltou a operar", relata o delegado, lembrando que o doleiro é investigado por montantes tão grandes quanto pelos os que foi investigado na CPI do Banestado. **(DR)**

BANESTADO

O montante supostamente lavado pelo esquema da operação "Lava-Jato" começa a chegar perto de outro grande caso. Até agora, a Polícia Federal já identificou R\$ 10 bilhões remetidos ao exterior. No caso Banestado estima-se que as remessas de dólares tenham beirado os R\$ 28 bilhões.

19 MAR 2014

GAZETA DO POVO

Justiça determina que 40% dos garis voltem ao trabalho

Antonio Senkovski,
Bruna Komarchesqui e
Brunno Brugnolo, especial
para a Gazeta do Povo

O Tribunal Regional do Trabalho da 9.^a Região (TRT-9) determinou ontem a volta de 40% dos trabalhadores da limpeza pública ao serviço. O TRT acatou a ação interposta pela Cavo, empresa que presta o serviço em Curitiba. Esse percentual pode ser reduzido para 30% aos sábados (a partir das 13 horas), domingos e feriados. A coleta de lixo hospitalar deve ser mantida em 100% todos os dias.

A liminar, concedida pela desembargadora Ana Carolina Zaina, estipula multa diária de R\$ 20 mil ao sindicato da categoria em caso de descumprimento da decisão. A justificativa é de que se trata “de serviço indispensável ao atendimento da necessidade inadiável da comunidade”. Notificado, o Sindicato dos Empregados em Empresas de Asseio e Conservação de Curitiba (Siemaco) informou que iria cumprir a decisão já a partir da noite de ontem. O tribunal marcou uma audiência conciliatória para a tarde de hoje. Pela manhã, os trabalhadores devem se reunir para decidir se a greve continua ou não.

Os trabalhadores decidiram parar ontem pela manhã após uma assembleia. Eles rejeitaram a proposta de aumento de 10% nos salários e de 15% no vale-alimentação feita pela Cavo. Os trabalhadores pedem reajuste de 20% nos salários e de 30% no vale-refeição.

Ainda na terça-feira, a prefeitura suspendeu a coleta do lixo reciclável e colocou 75 veículos próprios com três ou quatro funcionários cada para fazer a coleta do lixo comum, enquanto durar a greve. As equipes circularam por áreas de maior geração de resíduos, como a Cidade Industrial. Mesmo assim, o lixo ficou acumulado nas ruas.

Segundo o secretário municipal do Meio Ambiente, Renato Lima, os caminhões continuarão o trabalho hoje. “As rotas são em áreas que tinham previsão de coleta hoje [ontem] e não tiveram, e locais que, por falta de informação da população sobre a greve, estão com lixo nas ruas.”

Apesar do serviço emergencial, a orientação é para que ninguém coloque lixo na frente de casa nas próximas 24 horas. A prefeitura estuda disponibilizar pontos como terminais de ônibus para fazer a coleta. Enquanto a situação não se normaliza, a população deve manter o lixo úmido em local protegido, como baldes com tampa.

Em nota, a Cavo informou que segue em negociação com os trabalhadores. “A empresa acredita que poderá chegar a um acordo para que a paralisação seja interrompida evitando prejuízos à população.”

Precisamos falar sobre racismo

19 MAR 2014

GAZETA DO POVO

Não admitimos, mas milhões de negros dizem que a segregação existe, com graus de sofisticação que beiram a crueldade

Certa vez, perguntaram à jornalista Glória Maria se em algum momento da vida ela sofrera discriminação racial. A resposta foi “não”. Glória disse ter sido alvo de outra coisa: de “olhares”. Obviamente, o “rabo de olho” se deu antes de se tornar um dos rostos mais conhecidos do jornalismo brasileiro. Explicou do que estava falando: o “olhar” é algo indefinível, pois sua intenção não pode ser registrada em cartório, apenas intuída por quem o recebe, diante do silêncio e insinuação de quem o envia. Ocorre sempre no espaço público — lojas ou lanchonetes, por exemplo.

O depoimento serve para ilustrar o terreno escorregadio que ronda o debate racial no Brasil. Falar disso nos é difícil. Acreditamos na democracia racial da mesma maneira que acreditamos ser o país do futuro. Mas um *check-list* à nossa volta basta para mostrar que os negros estão fazendo os trabalhos mais humildes, moram mais longe, são em menor número nas salas de aula. Contra todas as evidências, algo — tão indefinível quanto os olhares furtivos — insiste em dizer que “é”, mas “não é bem assim”.

O lugar desfavorável dos negros, em suma, não nos parece uma prova do racismo, como se uma coisa não estivesse ligada à outra. Esquizofrenia? De fato. A estrutura é segregacional, mas não eu e você. Daí a simpatia que suscitou o livro *Não somos racistas*, de Ali Kamel. Ou as contínuas referências ao estudo *A cabeça do brasileiro*, de outro sociólogo, Alberto Carlos Almeida, autor de uma controvertida quantificação que acenou haver mais discriminação contra pardos nascidos no Nordeste que contra os negros.

Como de todo o resto no Brasil, o racismo não é assunto para ser tratado de forma amadora. Não dá para abraçar a ingênua defesa da nossa cordialidade, nem dá para ir aos extremos, reduzindo o Brasil a um país intolerante e fascista, dado a disfarces de delicadeza. Temos um racismo à nossa moda, e não há salvação sem esforço de entender esse labirinto de “olhos” que se cruzam por aí. Se não somos racistas, como diz Kamel, sabemos que existe racismo, como garantem os negros. E um racismo cheio de patas. Basta lembrar que no Brasil os negros “embranquecem” à medida que se mexem na pirâmide, indicando que nosso preconceito de classe é tanto quanto maior o preconceito de cor. Sofisticado e cruel assim.

Para quem acompanha o noticiário, a discussão voltou à baila. Eis que de repente o demodê brado de “macaco” foi entoado nos estádios do país, contra juízes de futebol e jogadores negros: Tinga, do Cruzeiro; o volante Arouca, do Santos; e o árbitro Márcio Chagas da Silva. A *Gazeta do Povo* do dia 10 contou outras histórias, como a do haitiano Stanley Joseph. Pois que venha o debate público. Que sejam colocadas na mesa as condicionantes históricas — é desonesto ignorar as raízes deixadas pelo nosso passado escravocrata. Às estatísticas: à revelia das divisórias entre negros e pardos, somos, grosso modo, 55 milhões de pobres, 24 milhões de pobres extremos, os dois lugares ocupados majoritariamente por homens e mulheres de “pele escura”, como se dizia. É nefasto — a desigualdade, já disse o pesquisador Ricardo Henriques, de tão brutal se tornou uma experiência natural, que de natural não tem nada.

Nessa conversa, que se leve em conta a cultura formada em torno da negritude. Não se trata de vitimização. Trata-se de conquista — deles. Desde a luta pelos direitos civis dos negros nos Estados Unidos, na década de 1960, afros de todo o mundo se puseram a mexer no vespeiro, alcançando mais respeito e janelas nas quais pudessem discursar. No Brasil não foi diferente. A pesquisa de Alberto Carlos Almeida, diga-se, mostrou que o negro é olhado também de forma mais respeitosa, apesar de todas as nuances desse relacionamento cheio de pequenos limites, cuja melhor tradução são os elevadores de serviço e as criadas vendo tevê com as patroas, mas sentadas numa cadeira. Parodiando Kamel, podemos não ser racistas, mas somos algo próximo disso.

Apesar de toda a sutileza que ronda a barbárie do racismo no Brasil, apesar da fragilidade legal, há menos tolerância com brutamontes deixando bananas no retrovisor de um juiz de futebol. A grita dos estádios, prontamente denunciada, nasce dessa indisposição em ficar quieto. O atacante Adílson, do XV de Piracicaba, um dos injuriados, admite essa mudança de postura. Os negros sempre foram humilhados nos estádios. Mas agora não vão mais aceitar isso. O momento é de ir à forra. Esse “agora chega” é rico, pois o país se vê diante da necessidade de enfrentar discussões raciais, nem que doa.

19 MAR 2014

FOLHA DE LONDRINA

Senado confirma paranaense no STJ

Os senadores aprovaram ontem a indicação do magistrado paranaense Néfi Cordeiro, desembargador do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), para integrar o Superior Tribunal de Justiça (STJ). A aprovação no plenário do Senado é a última etapa no processo de escolha de ministros da Corte, antes da nomeação pela Presidência da República.

A decisão do plenário foi por 60 votos a favor e cinco contrários. Não houve abstenção. Indicado pela presidente Dilma Rousseff em lista tríplice elaborada pelo Pleno do STJ, Néfi Cordeiro teve seu nome aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado, em votação unânime, após sabatina realizada no último dia 12.

Durante a sabatina, Néfi Cordeiro classificou o sistema prisional brasileiro como uma das principais mazelas sociais do país. Para ele, a privação da liberdade, que deveria ser a maior pena de um condenado, acaba sendo a menor das penas diante de um sistema degradante que trata o condenado como animal e não lhe dá esperança.

19 MAR 2014

FOLHA DE LONDRINA

INFORME FOLHA

Criação de vara

A Câmara dos Deputados aprovou na semana passada a criação de uma vara federal no município de Pitanga (Centro-Sul). A vara no Paraná contará com dois juízes (um titular e um substituto), 13 analistas judiciários e quatro técnicos. Além dos cargos efetivos, são criados um cargo em comissão e mais 13 funções comissionadas. Os custos com pessoal e custeio anual da unidade serão de R\$ 5,38 milhões. O texto segue para análise dos senadores.

Em conta errada

O presidente da Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização (CMTU), Carlos Geirinhas, disse ontem aos vereadores de Londrina que vai abrir sindicância para apurar o depósito em uma conta errada de cerca de R\$ 140 mil à empresa Visatec, responsável pela capina e roçagem do mato até setembro passado. O valor, que deveria ser depositado em uma conta judicial para lastro em uma ação trabalhista envolvendo a terceirizada, acabou em outra, em fevereiro passado.

Engano

De acordo com o presidente da companhia, o erro já foi comunicado ao juiz responsável para evitar problemas, mas ele ainda não sabe se será aceito. O engano ocorreu, de acordo com Geirinhas, porque a servidora responsável pelos pagamentos está de licença-maternidade e a atividade foi assumida por outra que não estava acostumada com os trâmites. Ele diz, ainda, que a CMTU deve cerca de R\$ 800 mil, que estão bloqueados devido ao processo judicial.

Bens bloqueados

A Justiça de Colombo (Região Metropolitana de Curitiba) concedeu liminar decretando a indisponibilidade de bens, até o valor de R\$ 2.720.604,10, do ex-prefeito da cidade J. Camargo (PSC) e também de uma editora ligada à área de educação, a Sistema Educacional Família e Escola Ltda, antiga Base Editora e Gerenciamento Pedagógico Ltda. A decisão atende pedido do Ministério Público (MP) do Paraná em ação civil pública por ato de improbidade administrativa. O MP aponta direcionamento em procedimentos licitatórios para a compra de livros didáticos, materiais e serviços de educação.

19 MAR 2014

FOLHA DE LONDRINA

Giacoia é eleito para nova gestão no MP

Edson Ferreira
Reportagem Local

Com 527 votos (85% dos votantes), o candidato único Gilberto Giacoia foi reconduzido ao cargo de procurador-geral de Justiça do Paraná, chefe máximo do Ministério Público (MP) do Estado, em votação realizada ontem. Houve 65 votos em branco e 25 nulos. Agora cabe ao governador Beto Richa (PSDB), que tem a prerrogativa constitucional de fazer a escolha do procurador-geral de Justiça, confirmar a nomeação dele para uma segunda gestão, até 2016.

Na eleição passada a escolha foi feita a partir de uma lista tríplice, quando o mais votado foi indicado. Em apenas três ocasiões, todas sob gestão do senador e ex-governador Roberto Requião (PMDB), o chefe do Executivo não seguiu o resultado do pleito, isto é, não nomeou o candidato mais votado pelos membros do MP. A

posse de Giacoia está prevista para o início do mês de abril.

Em entrevista à FOLHA, na edição do último domingo, Giacoia avaliou a candidatura: única como "maturidade política" e de busca pela unidade dentro da instituição. "O mandato (de dois anos) é curto. Não é suficiente para você completar um ciclo, realizar projetos de certa complexidade", disse.

Gilberto Giacoia é integrante do MP há 33 anos. Ele já presidiu o Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União (CNPGE), de 1999 a 2000. Doutor em Direito Penal pela Universidade de São Paulo e pós-doutor pelas Faculdades de Direito das Universidades de Coimbra (2001) e Barcelona (2010), Giacoia é professor na graduação e na pós-graduação da Faculdade Estadual de Direito de Jacarezinho, que integra a Universidade do Norte do Paraná (Uemp).

19 MAR 2014

FOLHA DE LONDRINA

Beto define nome para comandar PGE

Mariana Franco Ramos
Reportagem Local

Curitiba - O governador do Paraná, Beto Richa (PSDB), trocou novamente o comando da Procuradoria-Geral do Estado (PGE). Ubirajara Ayres Gasparin foi nomeado na última segunda-feira, no lugar de Marisa Zandonai, que estava no cargo como interina desde outubro de 2013. A troca foi formalizada por meio de dois decretos, publicados anteontem no Diário Oficial do Executivo.

Segundo a assessoria de imprensa do Palácio Iguazu, a substituição não tem motivo especial e se deu devido a uma "mudança de rumos" na PGE. Ainda conforme o órgão, o governador agradeceu o "bom trabalho" executado por Marisa Zandonai, que seguirá na PGE, em cargo a ser definido. Tanto ela como Gasparin são servidores de carreira da PGE.

Já sobre o fato de Marisa ter

permanecido como procuradora-geral em exercício, e não efetiva, durante toda a sua gestão, a administração estadual argumentou que a situação não trouxe qualquer prejuízo à PGE, tendo ocorrido somente por uma questão de "avaliação interna".

Ubirajara Gasparin é o quinto ocupante do posto na gestão Beto Richa. Também já passaram pela PGE Ivan Bonilha (que foi para o Tribunal de Contas), Júlio César Zem e Jozélia Nogueira, a última substituída após sua nomeação para a Secretaria de Estado da Fazenda (Sefa), função que ocupou por cinco meses, até a nomeação de Luiz Eduardo Sebastiani para a pasta.

O procurador-geral é uma espécie de advogado do Estado, a quem compete, além da direção do órgão, a representação jurídica e a consultoria direta e pessoal aos secretários e ao próprio chefe do Executivo.

19 MAR 2014

FOLHA DE LONDRINA

OPINIÃO DO LETRADO

Auxílio moradia

É lamentável notícias deste porte: Assembléia Legislativa do Paraná acaba de aprovar o projeto auxílio moradia para os juizes e desembargadores. Esses senhores que muito bem representam o Poder Judiciário possuem elevado padrão social, têm o respeito da população, merecem toda confiança da sociedade, pois são os homens que executam as leis, cujos vencimentos estão compatíveis com sua função, então não precisam dessa benesse. Acredito que independente desta ajuda financeira a atuação do Poder Judiciário sempre será de respeito ao cidadão. Acima de tudo está o ideal no exercício de suas funções, a busca de bem servir e a satisfação do dever cumprido, então vamos à luta, o trabalho enobrece o cidadão independente de sua classe social, pois, o acendrado amor à causa dignifica muito o homem.

EDUARDO ZANIN (professor)- Arapongas

19 MAR 2014

FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

EU FICO

É perto de nula a possibilidade de Joaquim Barbosa deixar o STF (Supremo Tribunal Federal) no dia 5 de abril para ser candidato a qualquer cargo eletivo. A expectativa, no meio político, é a de que ele se lance ao Senado pelo Rio de Janeiro.

TEMPO EXTRA

Na visita que fez ao Complexo Penitenciário de Guarulhos, em SP, ontem, por sinal, Joaquim Barbosa foi festejado pelos presos com gritos e sinais de positivo. A maioria pedia ajuda por estar há mais tempo detido do que o prazo permitido por lei. O CNJ (Conselho Nacional de Justiça), presidido pelo ministro, está fazendo um mutirão nos presídios do país.

MONTANHIA

Uma das celas do complexo foram esvaziadas para que Barbosa vistoriasse as condições do local. A cena foi dramática: no local deveriam estar dez presos. Quando a porta de grades se abriu, 55 saíram de dentro do cubículo. Relataram que, à noite, têm que se revezar: enquanto alguns deitam, outros dormem em pé. Depois, trocam.

CHAVE

Apesar da situação dramática, os juizes de SP têm tido o que se considera “mão pesada”: de 633 presos do complexo de Guarulhos que já tiveram sua situação analisada no mutirão, só 139 foram libertados. O local tem 9.301 detentos. Em uma das unidades, de 768 vagas, estão abrigados 2.583 presos.

19 MAR 2014

FOLHA DE S. PAULO

Redução da maioria deve ser votada em abril

Renan Calheiros, presidente do Senado, fez anúncio após receber pais de vítima

O Senado deve analisar em abril a proposta que reduz a maioria penal de 18 anos para 16 anos em casos de crime hediondo.

O presidente da Casa, Renan Calheiros (PMDB-AL), fez o anúncio ontem, depois de receber os pais de Yorrally Ferreira, 14, morta neste mês pelo ex-namorado na véspera de ele completar 18 anos.

A PEC (proposta de emenda constitucional) foi rejeitada pela CCJ (Comissão de Constituição e Justiça). O plenário, porém, vai apreciar recurso que permite sua análise pelos senadores.

De autoria do senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), a PEC não tem o apoio do PT — que mantém a posição do Palácio do Planalto contrária à redução da maioria penal.

A proposta prevê a redução para 16 anos em crimes inafiançáveis (tortura, terrorismo, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e crimes hediondos) ou reincidência, desde que haja parecer do promotor da infância e autorização da Justiça.

Hoje, um adolescente que comete crime pode ficar internado por, no máximo, três anos e até os 21 anos. O crime não fica registrado nos antecedentes do jovem. (GABRIELA GUERREIRO)

19 MAR 2014

FOLHA DE S. PAULO

Defensoria diz ser contra transferência de condenados

Por causa de supostas regalias, Promotoria quer ida de presos como Dirceu e Delúbio para presídios federais

MATHEUS LEITÃO
SEVERINO MOTTA
DE BRASÍLIA

A Defensoria Pública do Distrito Federal se manifestou ontem contra a transferência dos presos do mensalão para presídios federais, como quer o Ministério Público.

Em parecer encaminhado à Vara de Execuções Penais (VEP), ao qual a **Folha** teve acesso, a defensoria diz que a transferência violaria a Lei de Execução Penal.

A Promotoria fez o pedido à Justiça sob o argumento de que os condenados no mensalão têm sido privilegiados no sistema prisional de Brasília, governado pelo PT.

Para a Defensoria, porém, presídios federais são para detentos em regime fechado, não em regime semiaberto, como é o caso dos condenados no mensalão.

A Defensoria disse ainda que o pedido da Promotoria deveria ter individualizado a situação de cada detento.

Agora caberá à VEP definir um posicionamento, que será comunicado ao Supremo Tribunal Federal, responsável pela palavra final. A transferência, caso determinada, pode ser para prisões federais ou estaduais fora de Brasília.

Ontem, Delúbio Soares foi advertido verbalmente pelo juiz Bruno Ribeiro devido às supostas regalias, durante audiência na Vara de Execuções Penais.

O magistrado falou sobre a necessidade de tratamento igualitário para evitar tensões no sistema prisional.

Segundo sua defesa, Delúbio negou qualquer regalia.

A **Folha** apurou que a advertência não constará como sanção na ficha de Delúbio.

O ex-tesoureiro só seria punido em outro processo, que avalia se Delúbio desrespeitou normas internas ao ser apanhado pelo carro da CUT —onde havia conseguido autorização para trabalhar— dentro do pátio do presídio.

19 MAR 2014

FOLHA DE S. PAULO

HÉLIO SCHWARTSMAN

Sadismo inato

SÃO PAULO- A reportagem da revista "Veja" que relata supostas regalias concedidas a condenados no mensalão oferece uma boa oportunidade para refletir sobre a cadeia como forma padrão de castigo.

Minha tese, que já expus algumas vezes aqui, é a de que penas de privação de liberdade são uma forma bem pouco racional de punir criminosos, mas continuamos a aplicá-las porque ainda não encontramos coisa muito melhor para usar em seu lugar.

Tomemos o caso da alimentação. "Veja" deu cores de escândalo à informação por ela apurada de que detentos teriam acesso a um cardápio diferente do servido aos demais presos. Concordo que há aí uma boa discussão sobre privilégios e princípios republicanos, mas hoje quero centrar foco no encarceramento.

Em princípio, seria melhor para todos que os presos que tivessem condições financeiras pudessem comprar suas próprias refeições —eventualmente até preparadas por restaurantes chiques. Fazê-lo deixaria os detentos mais bem alimentados, o que é do interesse do Estado, e ainda pouparia o contribuinte de gastar uma boa soma nessa rubrica. Se nos opomos à ideia (e acho que um grande número se opõe), é porque parte de nossas mentes acredita que o apenado tem de sofrer na prisão.

Esse sentimento é consistente com achados da psicologia que mostram que as pessoas estão dispostas a incorrer em custos pessoais para punir comportamentos que consideram desleais. Alguns modelos matemáticos sugerem até que isso é necessário para tornar as sociedades estáveis.

Se é ou não, eu não sei, mas é certo que estamos aqui diante de um divórcio entre as necessidades racionais da pena (impedir que o criminoso repita o delito e dissuadir outros de imitá-lo) e o que exigem nossas intuições de justiça. O problema é que, para satisfazer nossos sentimentos, precisamos admitir que lidamos com uma natureza humana ligeiramente sádica.

19 MAR 2014

O ESTADO DE S. PAULO

Calmon chama Barbosa a entrar no PSB do Rio

• Mais 16 dias

4 de abril

é a data limite para o ministro Joaquim Barbosa deixar o Supremo e poder candidatar-se a qualquer cargo nas eleições de outubro

João Domingos / BRASÍLIA

Ex-corregedora do Conselho Nacional de Justiça e candidata do PSB ao Senado da Bahia, a ex-ministra Eliana Calmon convidou o presidente do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa, a entrar na legenda. O encontro ocorreu na semana passada, em Brasília. Barbosa não deu nenhuma resposta concreta.

Como informou o **Estado** no dia 18 de fevereiro, Eliana Calmon tinha sido encarregada dessa tarefa pelo governador de Pernambuco, Eduardo Campos. A ideia de Campos é que Barbosa dispute o Senado pelo Rio de Janeiro, onde ele vota. Em declarações que fez após a divulgação da notícia de que seria procurado pelo PSB, Barbosa afirmou que não seria candidato a presidente, mas não disse se disputaria ou não outro cargo eletivo. Atribuiu a possibilidade de um convite do PSB às “conversas e especulações” próprias do momento.

Naquela ocasião, Campos negou que tivesse intenção de convidar o ministro do STF para entrar no partido. Provável candidato ao Senado, o ex-jogador e deputado Romário Farias, presidente do PSB no Rio de Janeiro, anunciou que abriria mão da vaga para Barbosa.

Relator do processo do mensalão e responsável por levar à prisão parte da antiga cúpula do PT e de outros partidos aliados do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, como Valdemar Costa

Neto (PR) e Roberto Jefferson (PTB), Barbosa seria o segundo anúncio de impacto do PSB na pré-campanha eleitoral. Em outubro, o partido abrigou a ex-ministra Marina Silva (Meio Ambiente), que não conseguiu registrar a sua Rede Sustentabilidade. Marina deverá ser vice na chapa de Eduardo Campos.

De acordo com integrantes do PSB, Campos sempre teve vontade de conversar com Barbosa sobre seu futuro na política. Não quis procurá-lo, no entanto, para que seu gesto não parecesse um assédio político. Pediu então a Eliana Calmon que conversasse com o colega quando tivesse oportunidade.

Sonho. Barbosa no PSB é um velho sonho de seus integrantes. Em 19 de novembro do ano passado, o presidente do STF foi convidado a se filiar na legenda pelo deputado Romário.

O ministro nunca disse um “não”, o que animou os pessimistas. O máximo que afirmou foi que não era candidato a presidente da República. Pela legislação eleitoral, Barbosa terá de sair do STF até 4 de abril, prazo limite para magistrados e integrantes do Ministério Público saírem caso queiram ser candidatos. O próprio Campos deixará o governo de Pernambuco no dia 4 para dedicar-se integralmente à campanha.

A respeito dos planos de Joaquim Barbosa, sabe-se que ele dificilmente ficará no Supremo até os 70 anos, idade da aposentadoria compulsória. Ele tem 59 anos.

Em novembro, passará a presidência da Corte ao ministro Ricardo Lewandowski, seu desafeto. A amigos, o ministro teria dito que, depois do julgamento do mensalão, considera-se um “player” no processo eleitoral deste ano.

19 MAR 2014

O ESTADO DE S. PAULO STF 'congela' redistribuição de royalties por um ano

Liminar concedida pela ministra Carmem Lúcia impede a distribuição de R\$ 8 bilhões aos cofres de Estados e municípios

Eduardo Bresciani
Felipe Recondo / BRASÍLIA

Concedida pela ministra Carmem Lúcia, a liminar do Supremo Tribunal Federal (STF) que impediu a aplicação da lei com a nova distribuição de royalties do petróleo completou ontem um ano sem previsão de quando será julgada pelo plenário.

Cálculos da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), com base em números da Agência Nacional de Petróleo (ANP), mostram que R\$ 4 bilhões deixaram de ser redistribuídos nos seis primeiros meses de vigência da liminar. Como a produção de petróleo permaneceu estável nos meses seguintes, a estimativa é de que R\$ 8 bilhões poderiam ter entrado nos cofres de Estados e municípios não produtores, os maiores beneficiados com a mudança aprovada pelo Congresso.

A legislação determina que limitares em ações diretas de inconstitucionalidade (ADIs) têm de ser concedidas pelo pleno da Corte. A única exceção prevista em lei é para períodos de recesso. Ao conceder a liminar em março, com o tribunal em atividade, Cármen Lúcia justificou que as sessões de 20 e 21 de março de 2013 já estavam com a pauta fechada.

Além disso, afirmou que na semana seguinte não haveria sessões em razão do feriado da Semana Santa. Portanto, não seria possível esperar para levar o tema a plenário. Na ocasião, a ministra afirmou que liberaria o processo para julgamento no mês seguinte. Até agora, porém, isso não ocorreu.

Após a concessão da liminar, nenhum argumento de mérito foi analisado. E somente oito meses após ter suspenso a eficácia da lei, no dia 21 de novembro, pediu pareceres à Advocacia-Geral da União (AGU) e à Procuradoria-Geral da República (PGR) para proferir seu voto.

O processo está na PGR desde 6 de fevereiro, à espera da manifestação do procurador Rodrigo Janot.

De acordo com os cálculos da CNM, nos primeiros seis meses de vigência, a União recebeu R\$ 1,2 bilhão a mais do que teria direito pela nova lei e os Estados e municípios produtores de petróleo, notadamente Rio de Janeiro e Espírito Santo, ficaram com R\$ 2,8 bilhões a mais. A estimativa é que igual montante foi repassado nos seis meses posteriores, mas a ANP ainda não divulgou o quanto foi destinado neste período.

Presidente da instituição que reúne os municípios, Paulo Ziulkoski destaca o fato de o tema ter sido debatido em seis votações no Congresso, até o pronunciamento final com a derrubada do veto da presidente Dilma Rousseff. "Ganhamos seis votações. O povo já se manifestou por meio de seus representantes. O Supremo precisa dar uma decisão. Esses R\$ 8 bilhões deixaram de ser investidos em creches, merenda escolar e na saúde do País inteiro", diz Ziulkoski.

No STF, ministros criticam reservadamente decisões como a da ministra Cármen Lúcia. Afirmam que um ministro não pode, por uma canetada solitária, declarar inconstitucional uma lei aprovada pelo Congresso. E acrescentam que decisões nesse sentido criam ruído entre Legislativo e Judiciário.

PARA ENTENDER

A nova Lei dos Royalties foi promulgada após o Congresso Nacional derrubar um veto da presidente Dilma Rousseff. Com esta legislação, Estados e municípios produtores teriam sua arrecadação "congelada" em níveis de 2010, a União perderia parte da receita e os outros entes federados passariam a receber mais. Os governos dos Estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo e São Paulo questionaram no Supremo Tribunal Federal a constitucionalidade da lei, defendendo o conceito de que royalties e participações especiais são compensações por danos decorrentes da produção, notadamente os ambientais.

O ESTADO DE S. PAULO DORA KRAMER Luta Livre

19 MAR 2014

Cresce no TSE corrente
que defende menos rigor
com regras eleitorais

Presidente do Tribunal Superior Eleitoral pela terceira vez em quatro anos, o ministro Marco Aurélio Mello deixa o TSE em maio próximo com uma preocupação: a excessiva tolerância da Justiça Eleitoral com as repetidas infrações à legislação em vigor.

O ministro vê nisso uma tendência crescente entre os magistrados que batizou de “minimalismo judicial”. Por essa visão, o Judiciário deve interferir o mínimo possível nas questões relativas às disputas político-partidárias deixando que elas se resolvam longe dos tribunais.

Na prática, há ampla adesão a essa corrente por parte dos partidos, que cada vez menos recorrem a medidas judiciais a fim de que não sejam também prejudicados por ações dos adversários, e do Ministério Público que assiste inerte aos inúmeros e flagrantes desrespeitos à lei.

A campanha eleitoral antecipada ao arpejo do prazo legal está aí para comprovar o que diz o ministro Marco Aurélio – que cita outro exemplo: os programas reservados à propaganda anual dos partidos. Em tese é vedada a temática eleitoral, mas todas as legendas têm aproveitado os espaços para apresentar e exaltar os respectivos candidatos.

“Isso é feito sem a menor atenção às regras, criando um descompasso entre a realidade prática e a exigência formal”, diz o ministro, cujo temor é que disso resulte a prevalência da “lei do mais forte”.

Na opinião dele, nessa eleição agora a Justiça Eleitoral terá rédeas menos curtas que nas anteriores, o que levará à perda de eficácia da legislação e ao estímulo ao desrespeito geral.

A lei tenderá a ser “algo lírico” e a ausência de regulação nas balizas de atuação dos partidos abre, segundo a análise de Marco Aurélio Mello, espaço para o vale-tudo. Na prática, um retrocesso civilizatório.

Autor de um dos mais contundentes discursos contra a “rotina de desfatez” que tomava conta do País quando assumiu a presidência do TSE pela segunda vez em 2006, o ministro não pretende se pronunciar a respeito do “minimalismo judicial” na despedida, em 13 de maio.

Conhecido pelo gosto por se expressar contra a corrente com seus votos vencidos no Supremo Tribunal Federal, nesse assunto o ministro se dá por vencido: “Falar para quê? Não vai adiantar”.

19 MAR 2014

O ESTADO DE S. PAULO

Médico é acusado de estuprar três pacientes no Rio

Thaise Constancio / RIO

O clínico-geral José Carlos Roberto Martins, de 54 anos, foi preso ontem, acusado de estuprar três pacientes nos plantões da Unidade de Pronto Atendimento (UPA) de Iguaba Grande, na Região dos Lagos.

A primeira vítima a prestar queixa teria sido uma dona de casa de 25 anos, que foi violentada em 27 de dezembro de 2013, durante o atendimento. Ele também responde a dois inquéritos judiciais pelo mesmo crime, cometidos na UPA.

A delegada titular da 129.^a Delegacia de Polícia (Iguaba Grande), Janaína Peregrino, ouviu vítimas, enfermeiras e atendentes da unidade durante as investigações.

19 MAR 2014

JORNAL DO ÔNIBUS

Renan diz que colocará em pauta redução da maioridade penal

| Ele fez anúncio após receber mãe de menina assassinada

O presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), afirmou ontem que pretende colocar em votação, possivelmente em abril, o projeto de lei que reduz a maioridade penal de 18 para 16 anos nos casos de crime hediondo, tráfico de drogas, tortura e terrorismo.

O presidente do Senado fez o anúncio após receber em seu gabinete a mãe de Yorrally Ferreira, morta na última semana, aos 14 anos, com um tiro na cabeça disparado pelo ex-namorado, que completou 18 anos um dia depois de cometer o crime. A mãe da vítima, Rosemary Dias da Silva, moradora de Nova Gama, no Entorno do Distrito Federal, pediu ao senador agilidade na tramitação do projeto.

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado rejeitou o projeto em 19 de fevereiro, numa votação em caráter terminativo (pela qual o texto não precisa seguir para o plenário). Mas um recurso foi apresentado para que a matéria não seja arquivada e possa ser analisada no plenário.

19 MAR 2014

BEMPARANÁ

Ministério Público

O procurador de Justiça Gilberto Giacoia foi eleito para recondução ao cargo de procurador-geral de Justiça, em votação realizada ontem. Candidato único, ele recebeu 85% dos votos registrados: 527 votos de procuradores e promotores de Justiça, dentre os 617 votantes. Houve 65 votos em branco e 25 nulos. A eleição foi realizada por meio eletrônico.

Fidelidade

O Tribunal Regional Eleitoral (TRE/PR) rejeitou por unanimidade pedido de cassação do vereador Zé Maria, por infidelidade partidária, feito pela direção do PPS. Eleito pela legenda, Zé Maria se filiou no ano passado ao Partido Solidariedade. A relatora, Renata Estorilho Baganha, considerou válida a alegação de justa causa para a mudança de sigla, por conta da filiação do parlamentar ao um novo partido.

Mulher

Grupo vai mapear a violência

A Secretaria Municipal da Mulher instalou junto ao Gabinete de Gestão Integrada de Segurança Pública do município (GGI-M), o Grupo de Trabalho de Análise e Produção de Indicadores sobre a Violência Contra a Mulher em Curitiba, que integra a Câmara Técnica do Mapa da Violência e da Criminalidade. O principal objetivo dessa ação é gerar dados que dimensionem a violência de gênero na cidade.